

SEGURANÇA PÚBLICA

Crime contamina Amazônia

Facções dominam 44% dos municípios da região, segundo relatório. Grupos conjugam poder financeiro com desmatamento

» IAGO MAC CORD

A expansão e consolidação das organizações criminosas (Orcims), como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), reconfiguram a dinâmica territorial, ambiental e social da região da Amazônia Legal, que está se consolidando como um ecossistema criminal complexo. Dados da pesquisa "Cartografias da Violência na Amazônia" mostram que 344 dos 772 municípios amazônicos (44,6%) apresentam evidências da presença de facções criminosas este ano.

No total, foram mapeadas 17 organizações ativas nas delimitações da Amazônica Legal, incluindo grupos regionais — como o Bunde dos 40 (B40), Família Terror do Amapá (FTA) e a Tropa do Castelar —, juntamente com organizações estrangeiras — Tren de Araújo, EMC e Ex-Farc Acácio Medina.

Neste cenário, o Comando Vermelho (CV) — original do sistema prisional do Rio de Janeiro — foi o grupo que apresentou a maior velocidade de expansão na região, ampliando sua influência em municípios em 123% ao longo de dois anos. Ao todo, o CV está presente em 286 cidades da Amazônia e é a única facção dominante em 202.

O PCC, por sua vez, adota uma estratégia distinta, segundo o texto. O Primeiro Comando opera de modo mais seletivo e concentrado em corredores logísticos de alto valor para o tráfico internacional. Sua presença se manteve estável na área amazônica, tendo sido detectada em 90 municípios neste ano.

"Uma hipótese para esse comportamento é a priorização da internacionalização de seus mercados, especialmente no âmbito das

Território dominado

Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica a extensão das áreas na Amazônia Legal sob influência do crime organizado. No Acre, fenômeno ocorre em 100% dos municípios.

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL, POR ESTADOS, COM FACÇÕES:

Estados	Total de municípios	Municípios com uma facção	Municípios com duas ou mais facções	% do estado com facções
Acre	22	17	5	100%
Roraima	15	6	6	80%
Pará	144	72	19	63,2%
Mato Grosso	141	77	15	62,25%
Rondônia	52	11	10	40,38%
Amazonas	62	21	4	40,32%
Amapá	16	5	5	31,25%
Maranhão	181	34	19	29,28%
Tocantins	139	13	4	12,23%

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

redes transnacionais do narcotráfico. Ademais, costuma-se observar que o PCC adota uma atuação mais discreta, frequentemente associando-se a atividades lícitas para facilitar a lavagem de dinheiro e se aproveitando das logísticas de circulação de outras cadeias econômicas", detalha o relatório.

Os estados com a maior presença das facções em seus territórios são o Acre (100% dos 22 municípios), e Roraima (80% dos 15). Em números absolutos, o Mato Grosso (92 dos 141 municípios) e Pará (91 dos 144) lideram.

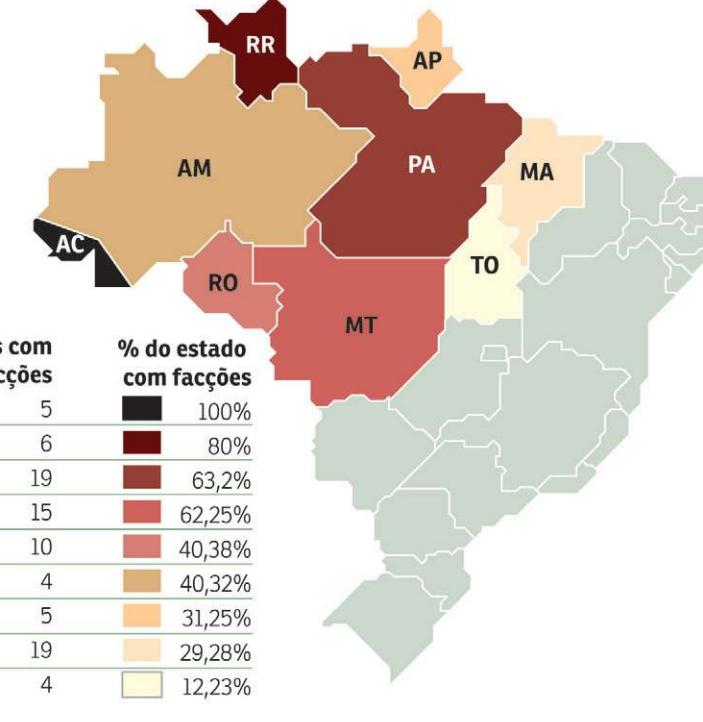
Interiorização

Outro ponto evidenciado pelo relatório é a interiorização da violência. As organizações atuam em 166 municípios rurais, 111

urbanos e 67 intermediários. De acordo com o relatório, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a expansão não é apenas sobre o narcotráfico, mas uma "símbiose entre o poder bético e financeiro das facções e as economias ilícitas que, há décadas, sustentam frentes de desmatamento, garimpo e exploração predatória".

"Assim, as rotas do narcotráfico passam a atravessar as múltiplas vulnerabilidades das florestas e das cidades amazônicas, aprofundando formas de violência que há muito moldam a vida das populações locais", destaca o texto.

O CV, em especial, alterou o nível de riscos em territórios vulneráveis, deixando de atuar perifericamente nos garimpos para assumir o controle direto das cadeias



de extração mineral. Na Terra Indígena (TI) Sararé, em Mato Grosso, a facção fluminense passou a impor regras, cobrar tributos — variando entre 10g e 100g de ouro por mês —, disciplinar trabalhadores e controlar a circulação de pessoas e insumos.

Ao Correio, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informou estar focado em descapitalizar financeiramente os grupos criminosos, utilizando a estratégia de "seguir o dinheiro". Segundo a pasta, em 2024, as operações da polícia judiciária descapitalizaram R\$ 502,4 milhões do crime e que em 2025, até o momento da publicação desta reportagem, foram apreendidos R\$ 1,66 bilhão em bens.

"Ao todo, desde 2023, foram realizados 408 leilões de mais de 5,7 mil bens nos estados de

Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Roraima, Acre, Tocantins, Pará, Maranhão e Amapá totalizando R\$ 307.586.900,77 em valores que retornaram aos cofres públicos", detalhou o ministério, em nota.

Terras indígenas

O relatório destaca ainda que as TIs são territórios mais vulneráveis e que a proteção dessas áreas é uma questão de segurança pública e soberania nacional. Em 2024, o desmatamento em áreas indígenas da Amazônia Legal apresentou um movimento contrário à tendência geral de queda. Cresceu 52% em comparação a 2023, totalizando 251 km² de floresta destruída.

A TI Sararé, por exemplo, liderou o ranking de maior área desmatada no ano passado (28,62 km²),

com um aumento de 93% na área destruída pelo garimpo ilegal de ouro entre 2023 e 2024.

A pesquisa do Fórum conclui que essa modalidade de crime é a ameaça mais disseminada e violenta nas TIs desintrusadas — que passaram pelo processo de retirada de ocupantes não indígenas, como garimpeiros, madeireiros e fazendeiros — envolvendo extração mineral predatória, ocupação territorial e criminalidade organizada. Este crime é utilizado, principalmente, para lavagem de dinheiro e como moeda de troca para o narcotráfico.

Ao todo, o estudo traz que cinco das 12 terras indígenas alvo de operação de desintrusão — Yanomami, Vale do Javari, Munduruku e Kayapó — apresentam presença comprovada ou consolidada de facções criminosas ligadas ao narcotráfico.

O Ministério da Justiça informou que atua de forma "permanente e articulada" na repressão a crimes ambientais, garimpos ilegais e atividades ilícitas que afetam comunidades tradicionais. A pasta cita que R\$ 156 milhões foram destinados ao fortalecimento da capacidade operacional da Polícia Federal (PF) e a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI-Amazônia), para articular PF, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública e forças de segurança dos nove estados da Amazônia Legal, além de representantes de países da Pan-Amazônia e organismos internacionais.

"A Força Nacional tem atuado de forma contundente e permanente na proteção de terras e comunidades indígenas, com foco no combate a crimes ambientais, à mineração ilegal e a outras práticas criminosas que ameaçam os povos originários", esclareceu a pasta.

Desconexão nos presídios

» ALÍCIA BERNARDES

A CPI do Crime Organizado, no Senado, ampliou o diagnóstico de falhas estruturais no combate às facções em todo o país e colocou o foco na atuação do sistema prisional, descrito como o principal centro de expansão das organizações criminosas.

Na sessão de ontem, o diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), Antônio Glautter de Azevedo Morais, afirmou que a Polícia Penal atua com recursos insuficientes diante da complexidade do problema.

A reunião foi marcada também pelas discussões em torno do projeto de lei, aprovado pela Câmara dos Deputados, com penas mais severas ao crime organizado e alterações na legislação de combate a facções. Senadores como Rogério Carvalho (PT-SE) criticaram pontos do texto e afirmaram que pretendem cobrar ajustes do relator no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE), de modo a corrigir erros sem exigir que a proposta retorne à Câmara.

Entre os dispositivos polêmicos está o que criminaliza pessoas que ofereçam abrigo a integrantes de facções. Segundo críticos, essa proposta pode atingir moradores de comunidades, especialmente em estados como o Rio de Janeiro, onde o domínio territorial imposto por criminosos força a população à cooperação sob ameaça. Mesmo defensores do projeto admitem a necessidade de calibrar o dispositivo para evitar injustiças.

O presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), afirmou que as oitivas já demonstram a ausência de um diagnóstico nacional sobre o sistema penitenciário brasileiro, o que comprometeria a capacidade de planejamento e de definição de prioridades. Segundo ele, faltam informações consolidadas sobre separação de detentos por facção, reincidência, capacidade de unidades, fluxo interno de presos ou mesmo indicadores que fundamentem decisões judiciais e administrativas.

Contarato declarou ser "inadmissível" que organizações criminosas continuem comandando ações de dentro dos presídios com maior agilidade do que o Estado.

Geraldo Magela/Agência Senado



Antônio Glautter: R\$ 14 bilhões para sanar o deficit penitenciário

Ele defendeu que União, estados e municípios atuem com padronização e compartilhamento de informações, "para que o país deixe de agir em ilhas enquanto o crime se articula nacionalmente".

A necessidade de integração institucional foi reforçada pelo próprio diretor de Inteligência Penal. Glautter afirmou que o avanço das facções se explica, em grande parte, pela falta de controle efetivo nas penitenciárias, que teriam se transformado em centros de decisão e coordenação do crime.

Para o representante da Senappen, a inteligência penal precisa ser tratada como eixo estratégico, com fortalecimento de quadros, uso de tecnologia e articulação direta com órgãos como Polícia Federal, polícias civis e estruturas de inteligência estaduais.

Novos requerimentos

O diretor também indicou que os presídios brasileiros registram superlotação de aproximadamente 40%. O país dispõe hoje de cerca de 500 mil vagas, mas abriga 702 mil presos em unidades prisionais, número que sobe para 942 mil ao incluir monitorados por tornozeleira eletrônica. Segundo Glautter,

seriam necessários cerca de R\$ 14 bilhões apenas para suprir o deficit estrutural de 200 mil vagas — valor que não inclui custos permanentes de funcionamento.

O relator da CPI, Alessandro Vieira, cobrou maior transparência e dados consolidados sobre o orçamento, separação de presos por facção e metodologias empregadas no sistema penitenciário. Para o senador, não é possível planejar ações de inteligência "sem saber quanto custa custodiar esses presos ou manter o sistema operando em condições mínimas". Vieira afirma que o fortalecimento das ações de Estado exige organização técnico-órgãmentaria, padronização nacional e informações confiáveis produzidas de forma contínua.

No campo político, a CPI prepara uma nova etapa de depoimentos. Contarato informou que pretende aprovar, ainda esta semana, requerimentos para convocar governadores e secretários de Segurança Pública a partir da primeira semana de dezembro. Ao todo, 22 autoridades de 11 unidades da Federação serão convidadas, entre elas os chefes dos Executivos de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amapá, Alagoas e Ceará.

DIA DO BIOMÉDICO
20 DE NOVEMBRO

É na Biomedicina que a Saúde e a Ciência se encontram

Por trás dos avanços que transformam a saúde, estão profissionais que levam descobertas científicas ao cuidado da população.

Da prevenção ao diagnóstico, da pesquisa à inovação, o biomédico é essencial nas conquistas que salvam vidas e impulsionam o futuro da saúde no Brasil.

Neste 20 de novembro, celebramos a dedicação e o compromisso dos biomédicos de todo o País.

Parabéns aos profissionais que fazem a saúde avançar diariamente.

cfbm
CONSELHO FEDERAL DE BIOMÉDICA

cfbm.gov.br
[cfbm_biomedicina](https://www.instagram.com/cfbm_biomedicina)



Microscópio



Pessoas em laboratório



Pessoas em consultório



Pessoas em hospital